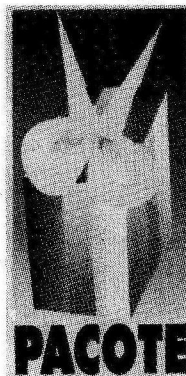


Apoio de PFL e PTB garante pacote

Governo negocia com deputados dos partidos, concede incentivo a empresário e aprova aumento de impostos

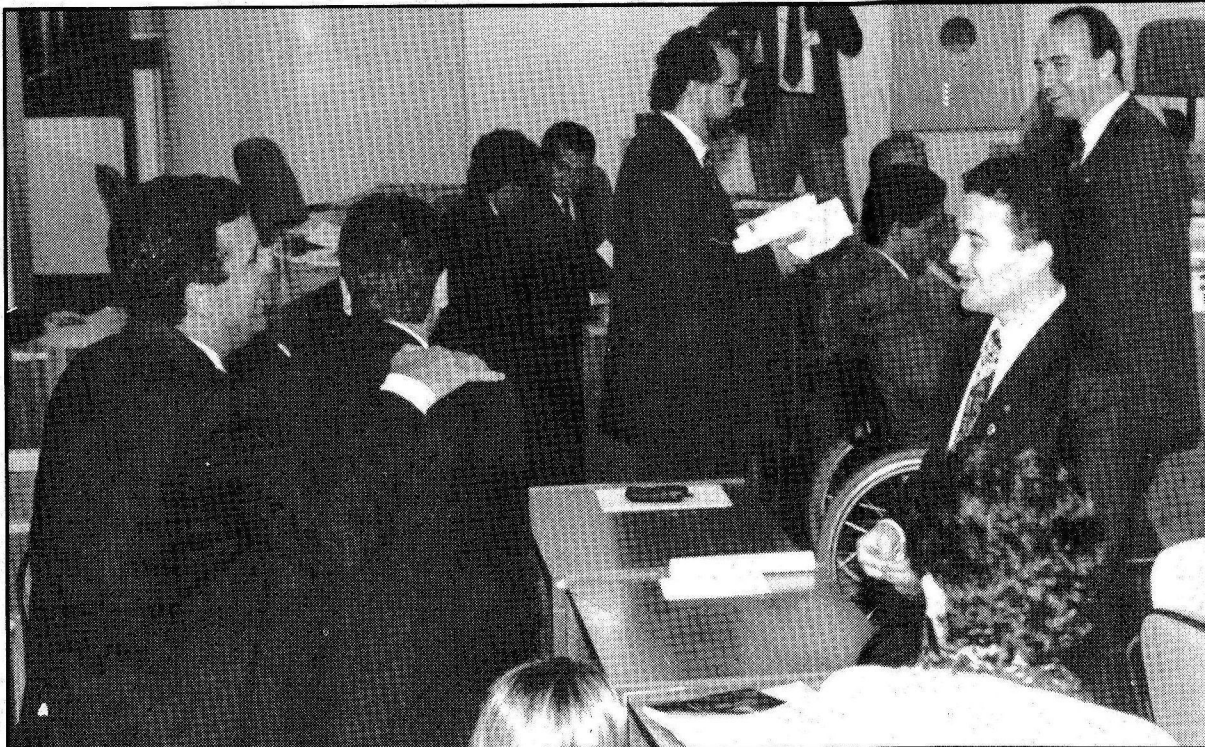
ANA DUBEUX E
MARIA EUGÊNIA



Depois de três semanas de polêmica e conchavos, o GDF conseguiu aprovar, nesta madrugada, o pacote fiscal que reajusta as alíquotas do IPTU e o ICMS da energia elétrica. Para assegurar os votos dos deputados Adão Xavier (PFL) e César Lacerda (PTB), fiéis da balança na votação, o governo teve de abrir mão de alguns pontos da proposta original. A principal mudança foi a redução da alíquota de 0,5% para 0,3% do IPTU dos imóveis residenciais localizados em áreas de baixa renda.

“Ao invés de aplicar o redutor, o GDF antecipou-se acatando as emendas dos deputados Adão e Lacerda, que garantem a redução da alíquota”, justifica a líder do GDF na Câmara Legislativa, Lúcia Carvalho (PT). A votação, iniciada às 16h e interrompida diversas vezes, foi marcada por troca de acusações entre governistas e oposicionistas. Indignados com a mudança repentina de voto de Lacerda e Adão, a oposição acusou o GDF de comprar o apoio dos dois deputados.

O ponto de partida para a vitó-



Deputados ficaram em plenário até as 2h00 e aprovaram pacote após 11 horas de sessão

ria governista foi a aprovação da emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), criando uma excepcionalidade no prazo do envio de alterações à referida lei. Essa modificação permite, no entendimento do governo, o reajuste nas alíquotas do IPTU em qualquer tempo. Ignorando interpretações de juristas de renome, que consideram a emenda à LDO inconstitucional, os governistas negociaram alto os dois votos. “Os deputados venderam a alma”, acusou o peemed-

bista Daniel Marques.

A idéia inicial do presidente da Câmara, deputado Geraldo Magela (PT), era votar todo o pacote e o Orçamento de 96, mas novos deslizamentos da assessoria governista protegeram a votação. Magela prometeu votar o projeto do teto salarial e o Orçamento amanhã.

Dos três projetos relativos aos servidores inclusos no pacote, apenas dois foram votados nesta madrugada. Em mais uma manobra, o

GDF tentou aprovar dois projetos de suplementação orçamentária. O primeiro, no valor de R\$ 912 mil, foi aprovado com tranquilidade. O segundo, referente a R\$ 92 milhões, esbarrou por estar em desacordo com os preceitos da Lei Orgânica. “Foram feitas negociações espúrias”, acusou o líder do PMDB, Luiz Estevão. O governo conseguiu aprovar também o projeto que reduz as multas dos débitos tributários dos empresários.